ISSN Eletrônico: 1984-0187
ISSN Impresso: 1518-5648

https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.29.26245.042

Prática Pedagógica de Professores(as) Pedagogos(as) no Ensino Médio: desafios ao processo humanizador

Pedagogical Practice of Pedagogy Teachers in High School: challenges to the Humanizing Process

Práctica Pedagógica de los Docentes de Pedagogía en la Educación Media: desafíos para el proceso de humanización

Francisca Júlia Camargo Dresch[1]
https://orcid.org/0000-0001-7568-8856
Maria Arlete Rosa[2]
https://orcid.org/0000-0001-6891-0834

Resumo: Este artigo resulta da tese desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação. A pesquisa examina as transformações decorrentes das práticas pedagógicas dialógicas mobilizadas por professores(as) pedagogos(as) que estão no Ensino Médio regular em escolas públicas estaduais vinculadas ao Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, Paraná. O estudo analisa as políticas educacionais do Novo Ensino Médio a partir do referencial da prática pedagógica (Souza, 2016) e da dialogicidade (Freire, 1969, 2021a, 2021b, 2021c). A produção dos dados envolveu a consulta a documentos institucionais e a realização de entrevistas semiestruturadas com 11 professores pedagogos de 10 escolas situadas nos municípios pertencentes ao referido Núcleo. Os resultados indicaram que as práticas pedagógicas dialógicas apresentam potencial para consolidar processos de humanização no ambiente escolar, ao promoverem vínculos formativos significativos. Indicam, por outro lado, que as políticas públicas do Novo Ensino Médio têm contribuído para o engessamento das rotinas escolares, ao delimitar de forma rígida os fazeres pedagógicos, reduzindo, assim, a emergência de posturas críticas no cotidiano e na gestão das escolas analisadas.
Palavras-chave: Prática Pedagógica Dialógica. Ensino Médio. Humanização.

Abstract: This article is based on a thesis developed within the Postgraduate Program in Education. The research examines the transformations resulting from dialogical pedagogical practices mobilized by pedagogical teachers in regular secondary education in state public schools linked to the Regional Education Center of Ponta Grossa, Paraná. The study analyzes the educational policies of the New Secondary Education program from the perspective of pedagogical practice (Souza, 2016) and dialogicity (Freire, 1969, 2021a, 2021b, 2021c). Data collection involved consulting institutional documents and conducting semi-structured interviews with 11

[1] Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação-Mestrado e Doutorada, Universidade Tuiuti do Paraná. Professora na Rede de Ensino Pública do Paraná. E-mail: franciscadresch@escola.pr.gov.br

[2] Doutora em Educação - PUCSP. Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Educação-Mestrado e Doutorada, Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail:mariaarleterorsa@gmail.com

pedagogical teachers from 10 schools located in the municipalities belonging to the aforementioned Center. The results indicated that dialogical pedagogical practices have the potential to consolidate humanization processes in the school environment by promoting meaningful formative bonds. On the other hand, they indicate that the public policies of the New High School have contributed to the rigidity of school routines, by rigidly delimiting pedagogical practices, thus reducing the emergence of critical stances in the daily life and management of the schools analyzed.
Keywords: Dialogic Pedagogical Practice. High School. Humanization.

Resumen: Este artículo se basa en una tesis desarrollada en el marco del Programa de Posgrado en Educación. La investigación examina las transformaciones derivadas de las prácticas pedagógicas dialógicas movilizadas por docentes de educación secundaria regular en escuelas públicas estatales vinculadas al Centro Regional de Educación de Ponta Grossa, Paraná. El estudio analiza las políticas educativas del programa de Nueva Educación Secundaria desde la perspectiva de la práctica pedagógica (Souza, 2016) y la dialogicidad (Freire, 1969, 2021a, 2021b, 2021c). La recolección de datos incluyó la consulta de documentos institucionales y la realización de entrevistas semiestructuradas con 11 docentes de 10 escuelas ubicadas en los municipios pertenecientes al Centro mencionado. Los resultados indicaron que las prácticas pedagógicas dialógicas tienen el potencial de consolidar los procesos de humanización en el entorno escolar al promover vínculos formativos significativos. Por otro lado, señalan que las políticas públicas del Nuevo Instituto han contribuido a la rigidez de las rutinas escolares, al delimitar rígidamente las prácticas pedagógicas, reduciendo así el surgimiento de posturas críticas en la vida cotidiana y la gestión de los centros analizados.
Palabras clave: Práctica pedagógica dialógica. Instituto. Humanización.

Introdução

Este artigo resulta de uma pesquisa desenvolvida no curso de doutoramento em Educação, que teve como objeto de estudo as práticas pedagógicas dialógicas de professores(as) pedagogos(as). Parte-se do entendimento de que a atuação desses profissionais é orientada por políticas educacio-nais que incidem diretamente sobre o trabalho desenvolvido no contexto escolar. No estado do Paraná, as próprias determinações que regulamentam a função estabelecem 64 atribuições destinadas a orientar o trabalho pedagógico desses profissionais (Paraná, 2004).

A tese defendida sustenta que a prática pedagógica dialógica de professores(as) pedagogos(as) favorece o processo de humanização de adolescentes-jovens do Ensino Médio. Nesse processo, esse profissional é compreendido como mediador das relações estabelecidas com toda a comunidade escolar, tendo o diálogo como elemento fundante de sua prática pedagógica. Essa concepção pode ser observada no quadro a seguir:

QUADRO 1 - O diálogo na prática pedagógica de professores Pedagogos(as)

Para os Estudantes	Profissionais da Escola	Com pais/responsáveis	Na Comunidade
XII – Acompanhar o uso das plataformas digitais.	V - Promover reuniões pedagógicas	II – Elaborar junto a Gestão Escolar agenda de atendiumentos aos pais e responsáveis.	XLII – Participar das reu- niões da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes
XVII – Acompanhar a frequência dos estudantes e o envio das irregularidades ao Conselho Tutelar.	LXII – Analisar o Plano de Trabalho Docente e sua implementação.	XXXVII – Solicitar a avaliação psicossocial para atendimento da Sala de Recursos Multi-Funcionais.	LVII – Realizar ações preventivas de combate ao Bullying, bem como encaminhamentos necessários
XXVIII – Coordenar o processo democrático de representação do estudante de cada turma.	IX - Organizar o Conselho de Classe.	V. promover e acompanhar, com a direção, reuniões pedagógicas, grupos de estudo e planejamento para reflexão e aprofunda-mento de temas rela-tivos ao trabalho peda- gógico.	LIII – Promover ações de prevenção as violências e notificar o Conselho Tutelar

Fonte: Elaborado pela autora, Anexo A (Paraná, 2004).

Diante do exposto, definiu-se como objetivo geral compreender as alterações na prática pedagógica dialógica de professores(as) pedagogos(as) que atuam no Ensino Médio em escolas públicas vinculadas ao Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa (NRE-PG). Parte-se do entendimento de que o processo de humanização se efetiva mediante a possibilidade de pronúncia da palavra, em contraposição aos atos desumanizantes, especialmente àqueles decorrentes dos ditames do Estado neoliberal (Freire, 2021a). Nesse contexto, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: quais alterações são geradas pela prática pedagógica dialógica desenvolvida por professores(as) pedagogos(as) que atuam no Ensino Médio regular em escolas públicas estaduais vinculadas ao NRE-PG?

Adotou-se como percurso metodológico a pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Foram utilizados como fontes documentos oficiais, entrevistas semiestruturadas e registros produzidos pela professora-pesquisadora durante a inserção em campo. No que se refere às categorias teóricas, destacam-se a prática pedagógica, compreendida como ação social situada no contexto da realidade e orientada por finalidades intencionais (Souza, 2016), e a dialogicidade, entendida como princípio fundante de uma prática pedagógica problematizadora e libertadora (Freire, 1969, 2021a, 2021b, 2021c).

Quanto aos resultados do estudo, no que se refere ao objetivo geral, as análises indicaram que o diálogo constitui o principal subsídio de mediação para o estabelecimento de parcerias com outras instituições públicas, especialmente da esfera municipal, as quais contribuem para a efetivação do

processo de humanização no Ensino Médio. No tocante à problemática investigada, destaca-se que a prática pedagógica dialógica apresenta potencial para consolidar processos de humanização no ambiente escolar, sobretudo quando estabelece a construção de vínculos significativos com os estudantes, possibilitada pela via da tomada de consciência na relação eu-tu.

No que se refere à tese, a pesquisa identificou que as políticas públicas educacionais para o Novo Ensino Médio têm provocado o engessamento das rotinas escolares, dificultando a implementação de uma abordagem pedagógica dialógica, mesmo quando professores(as) pedagogos(as) adotam posturas mais reflexivas e críticas. Constatou-se, no contexto investigado, um movimento contraditório: para que a prática pedagógica dialógica se consolide como promotora de processos de humanização, seria necessária a existência de um modelo educacional fundamentado na valorização profissional, pauta histórica da categoria, e na garantia de melhores condições de trabalho. Assim, sua efetivação demanda a inserção em uma estrutura educacional que assegure autonomia docente, não podendo, portanto, dissociar-se das políticas públicas educacionais que organizam o sistema.

A Prática Pedagógica Dialógica para a Humanização no Ensino Médio

Prática Pedagógica é conceituada, segundo Souza (2016, p. 38-40), como "um processo de trabalho e se situa na intencionalidade e na dimensão da prática social, sob a influência de determinantes internos e externos, além de estar vinculada a uma concepção de sociedade e educação". A autora destaca que as práticas pedagógicas podem ocorrer na escola ou fora dela. Nesse caso, encontram-se marcadas pelos determinantes externos desenhados para a escola, sem a participação dos sujeitos que nela atuam. Estão voltadas ao questionamento da "tradição, cultura e rotinas escolares".

Dentre os elementos que constituem o conceito de práticas pedagógicas, Souza (2016, p. 41) destaca o "contexto" – situado como o lugar físico (onde) –, a "intencionalidade" – identificada como a formação pedagógica e/ou política, técnico-profissional, identitária e sociocultural (para quê) – e os "sujeitos da prática pedagógica" – compreendendo professores, líderes sindicais, gestores de organizações, entre outros.

Ao considerar a natureza da prática pedagógica, Souza (2016) destaca os verbos mobilizadores de intencionalidade coletiva, os quais orientam ações educacionais comprometidas com processos formativos mais amplos. Nesse sentido, o verbo "dialogar" assume centralidade, por representar um movimento fundamental para a promoção da humanização.

Segundo a autora, cada verbo expressa uma concepção de sociedade e educação representada por meio da ideologia, cuja intencionalidade pode ser transformadora ou conservadora das relações sociais. Apresenta-se como fruto do movimento histórico-dialético e, ao mesmo tempo que revela

uma determinada prática social, é também sua expressão. Nesse sentido, ainda que marcadas por uma lógica desumanizante, as determinações capitalistas podem, em seu movimento contraditório, suscitar ações de resistência orientadas à humanização. Conforme Souza (2016, p. 56), "as determinações de vertente conjuntural e estrutural podem ser, ao mesmo tempo, reprodutoras ou revolucionárias".

Na conjuntura educacional contemporânea, destacam-se as plataformas de governo e seus respectivos Planos de Ação, que se desdobram em normativas instrutivas de caráter jurídico-administrativo, frequentemente orientadas por uma concepção gerencialista ou empresarial. Essas diretrizes impactam diretamente as estruturas escolares, direcionando-as à preparação acelerada de jovens das classes populares para o mercado de trabalho.

Nessa direção, a referida autora conceitua determinante como:

> [...] aquele elemento ou propriedade que tem o poder de influenciar, modificar e/ou direcionar uma prática, mesmo que ela seja pensada de forma crítica, portanto como práxis, como unidade teoria-prática. A prática pedagógica não existe isolada da prática social e do mundo, dos sujeitos e do lugar que ocupam no mundo, individual e coletivamente. Ela é uma dimensão da prática social mais ampla, dimensão voltada a processos formativos pedagógicos e político-culturais (Souza, 2016, p. 52).

A partir dessa afirmação, Souza (2016) apresenta os pressupostos da prática pedagógica, concebida como práxis revolucionária no contexto escolar. Como exemplo, destaca-se o Projeto Político-Pedagógico (PPP), documento que sintetiza as necessidades educativas socialmente contextualizadas. Nesse instrumento, ressalta-se a importância da gestão democrática como condição para viabilizar a participação de todos os sujeitos escolares na construção de objetivos comuns, bem como na constituição de "dispositivos políticos que fortaleçam ações coletivas" (Souza, 2016, p. 54).

Assim, a prática pedagógica dialógica, ao centralizar as pessoas no trabalho educativo, é condicionada por diversos fatores, mas também reconhece que os próprios sujeitos possuem a capacidade de modificar suas circunstâncias. Desse modo, a prática pedagógica pode assumir um caráter transformador, seja por meio do protagonismo de resistência, seja por meio de ações sociais mobilizadoras (Souza, 2016, p. 57).

Desse modo, na correlação de forças, os determinantes internos e externos se articulam como o resultado do trabalho pedagógico. Na escola, ocorre a implementação das políticas públicas educacionais que, após serem aprovadas pelos gestores públicos em diálogo com a sociedade civil organizada, e convertidas em lei, retornam ao contexto escolar como dispositivos normativos que orientam as práticas pedagógicas dos professores(as) pedagogos(as).

No estado do Paraná, as políticas públicas educacionais decorrentes da última reforma implementaram o uso de plataformas digitais por professores e estudantes. A eficiência dessas plataformas pode ser monitorada pela Direção, pela Equipe Pedagógica e pelos técnicos do Núcleo

Regional de Educação (NRE) por meio do Power Business Intelligence (BI). Os dados registrados são periodicamente migrados, geralmente aos finais de semana, das escolas para o Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE).

Nesse modelo, inaugurado sob a lógica do Estado neoliberal, a plataformização da educação acompanha as novas tendências do mercado de trabalho. Em âmbito global, observa-se que, paralelamente aos processos de modernização, ocorre a precarização das condições reais de trabalho, o que suscita reflexões ao indicar que, para o exercício do magistério, o(a) professor(a) poderá vir a ser enquadrado(a) como Microempreendedor Individual (MEI). A desregulamentação dos direitos trabalhistas se intensifica à medida que o Estado se retrai de seu papel como promotor da educação pública, instaurando uma reconfiguração das relações entre o público e o privado, a exemplo das políticas de parcerias com organizações externas, como o programa Parceiros da Escola.

Para os estudantes, além das aulas presenciais, somam-se as atividades de avaliação parcial disponibilizadas dentro das plataformas (Inglês High, Khan Academic, Redação Paraná, Leia Paraná, Desafio Paraná, Presença Paraná etc.). Entre esses recursos, há a Presença Paraná, cuja funcionalidade exerce impacto direto no processo de ensino e aprendizagem, uma vez que permite o acompanhamento sistemático da frequência estudantil.

Portanto, a escola tem sofrido intensa pressão estatal, sendo incorporada ao Programa de Busca Ativa e vinculada a incentivos governamentais, tais como o Bolsa Família e o Pé-de-Meia (Brasil, 2024). Isso ocorre porque, a cada ano letivo, os dados têm indicado o aumento da evasão escolar e das reprovações, especialmente nos primeiros anos do Ensino Médio. O abandono escolar é computado ao final de cada ano letivo, interferindo diretamente no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de cada instituição escolar.

Diante das circunstâncias advindas da realidade concreta, justifica-se a defesa da prática pedagógica dialógica, uma vez que é na escola pública que se encontram os filhos da classe trabalhadora. Historicamente, questiona-se a finalidade do Ensino Médio e, na tentativa de responder a essa interrogação, a Lei n.° 13.415/2017 marcou o início da vigência do Novo Ensino Médio (Brasil, 2017). Essa normativa, em seu art. 3°, acrescenta o art. 35-A, introduzindo novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Dados divulgados pelo INEP (2021), por meio da Diretoria de Estatísticas Educacionais e apresentados no Censo da Educação Básica 2020: Resumo Técnico do Estado do Paraná, ajudam a compreender a situação do Ensino Médio (EM). O retrato apresentado indica uma diminuição das matrículas nessa etapa, com o registro de 425.477 matrículas, o que representa uma queda de 7,0% em relação a 2016, ano utilizado como referência no próprio documento.

É relevante considerar os dados referentes à distorção idade/série, concentrada no 1° ano, com uma taxa de 25%, atingindo maior escala para o sexo masculino (uma preocupação persistente ao pensar na universalização da Educação Básica entre as idades de 4 a 17 anos). No que se refere à relação cor/raça, 74,7% das vagas da educação profissional são ocupadas por brancos, enquanto 37,5% das vagas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) são ocupadas por pretos e pardos. Desse modo, destacam-se fatores de desigualdade no acesso e na permanência na escola (Paraná, 2021, p. 19).

A referida pesquisa demonstra, por meio do levantamento de indicadores educacionais no Paraná, realizado com 283.544 estudantes do Ensino Médio, que 70,3% dos estudantes dessa etapa da Educação Básica frequentam o período diurno. Nas escolas públicas, entre os estudantes oriundos das classes populares, 24% estudam e trabalham.

No Caderno Orientador do Novo Ensino Médio para o ano de 2023, observa-se a composição curricular organizada em Parte Flexível Obrigatória (PFO) e Parte Flexível (PF) nas unidades do Ensino Médio, abrangendo componentes como Projeto de Vida, Educação Financeira e Pensamento Computacional. Essa estrutura está em consonância com a Lei Federal n.° 13.415, de 13 de fevereiro de 2017, com a Resolução n.° 03/2018 do CNE/CP e com a Deliberação n.° 04/2021 do CEE/CP, que instituem uma organização curricular formada por duas partes indissociáveis: a Formação Geral Básica (FGB), estruturada em Unidades Curriculares, e os Itinerários Formativos (IF).

O mesmo documento apresenta um panorama dos profissionais que atuam no Ensino Médio, indicando que 99% deles possuem ensino superior completo, dos quais 92,3% são licenciados, sendo a maioria do sexo feminino. A denominação professor(a) pedagogo(a) refere-se aos profissionais da educação que integram a Equipe Pedagógica. Essa designação passou a ser compreendida no estado do Paraná a partir da Lei Complementar n.° 103/2004, publicada no Diário Oficial n.° 6687, de 16 de março de 2004, que extinguiu as funções de Orientador Educacional e Supervisor Educacional, anteriormente ligadas à Coordenação Pedagógica.

Essa mudança unificou as denominações, passando o profissional a ser legalmente designado como docente a partir dessa data de publicação (Paraná, 2004, art. 39). A partir da orientação, instituiu-se nova divisão do trabalho pedagógico, que passou a ter como referência o número de matrículas (150 alunos), acumulando, portanto, as duas atribuições.

Outras mudanças ainda ocorrerão no Ensino Médio Paranaense a partir do ano de 2026. Nesse ínterim, compreender a escola como espaço onde acontecem as interações sociais implica reconhecer que esta deve se efetivar como processo de humanização dos estudantes do Ensino Médio. Por isso, precisa ser dialógica, em oposição aos silenciamentos e às formas de opressão que desumanizam. Na direção do diálogo, Freire (2021a) afirma que a prática pedagógica deve tornar-se problematizadora e/ou libertadora, contrapondo-se à pedagogia bancária. Sua proposta se materializa nas obras

produzidas ao longo de sua "andarilhagem pela Terra", nas quais destaca a resistência mobilizada pela fé, pela esperança e pelo amor, de modo que falar em Pedagogia do Oprimido é remeter-se à sua permanente atualidade.

Na escola, composta por diferentes sujeitos, reflete-se a vida como uma construção de (re)fazer-se permanentemente. Nesse processo, denominado humanização, está, no presente, a busca existencial por ser mais, vocação ontológica que, segundo Freire (2021a), constitui a própria razão de viver. Ao humanizar-se, o ser humano reconhece seu inacabamento e sua inconclusão, encontrando-se em constante aprendizagem; a consciência da finitude e da autoprodução pelo trabalho é justamente o que nos diferencia dos demais animais. Ao viver, estabelecemos relações nos contextos sociais em que nos inserimos e estamos sempre em evolução. Isso significa que, no ato de aprender, não há retrocessos (Freire, 2021a).

De acordo com Freire (2021a), a práxis libertadora problematiza a Educação Bancária. A partir disso, o professor revolucionário orienta sua prática pedagógica em direção à humanização, sustentado pela crença no poder (re)criador que se estabelece na relação entre a realidade objetivada e o sujeito que a apreende. Desse modo, consciente das contradições que desumanizam, não é possível colocar-se a seu (des)serviço. A educação bancária interessa aos opressores por contribuir para a permanência das pessoas em uma condição de domesticação, que as reduz à condição de inumanas, ou seja, à negação de sua humanidade.

Segundo Freire (2021a, p. 93), se o movimento da práxis "implica a ação e a reflexão sobre o mundo para transformá-lo", a dialogicidade (elemento eleito como fundante da prática pedagógica) tem como papel principal efetuar denúncias sobre as mazelas geradas no interior do sistema capitalista – violências, medicalização das emoções, desrespeito às minorias (mulheres, indígenas, negros, gênero, classe social), mortalidade juvenil. Ao mesmo tempo, transformada em ferramenta de cidadania, passa a produzir anúncios de superação das desigualdades estruturais (pobreza, fome, racismo, escassez de moradia, desemprego, violência(s), supressão de informação para fazer valer os próprios direitos, falta de equipamentos de saúde e segurança, analfabetismo etc.).

Percurso Metodológico

Para fundamentar a opção metodológica deste estudo, recorreu-se a Minayo (1994), que afirma que a pesquisa qualitativa possibilita investigar fenômenos que envolvem a pessoa humana em suas múltiplas relações sociais. Segundo a autora, essa abordagem trabalha "com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das

relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (Minayo, 1994, p. 21–22).

Além disso, a abordagem qualitativa permite o uso da pesquisa documental e o contato empírico com os informantes por meio da imersão no campo. Considera-se como documento todo tipo de material escrito. Neste estudo, tal compreensão abrange as orientações nacionais e estaduais das políticas públicas educacionais, expressas em marcos legais que fundamentam a prática pedagógica do professor pedagogo. Entre esses documentos, destacam-se o Estatuto do Magistério do Paraná, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Novo Ensino Médio, o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018), os quais orientam as práticas pedagógicas que, no cotidiano escolar, estruturam o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar.

Os documentos legais compuseram os dados coletados pelas interações oriundas da entrevista semiestruturada. Para direcionar as discussões, um roteiro conduziu os depoimentos. Desse modo, coube compreender elementos articuladores à formação humana em contraposição aos condicionantes desumanizadores, perceptíveis em sociedades capitalistas em seus contextos históricos. Previamente, considerou-se que os editais dos concursos públicos no Paraná preveem carga horária de 20 h. Conforme o Projeto de Lei n.º 4.731/12, no Ensino Médio, as turmas possuem 35 estudantes (Brasil, 2012). Dessa forma, o número de vagas na função de professor(a) pedagogo(a) em cada escola depende de seu porte, determinado após a inserção de todas as matrículas no Sistema Estadual de Registro Escolar, que se dá aproximadamente 15 dias após o início das aulas. Pondera-se o número de turmas e estudantes matriculados na escolarização por turno de aula. Assim, com base na Resolução 4817/2024, considera-se que a:

$$\text{Média Ponderada} = \frac{\text{Número de matrículas}}{30} \times 80\% + \text{Número de Turmas} \times 20\%$$

O porte da escola foi um dos critérios considerados para a definição da sede da pesquisa. Além desse critério, foram estabelecidos os seguintes: 1°) ser pública; 2°) estar situada na zona urbana; 3°) oferecer maior número de matrículas no Ensino Médio Regular; e 4°) ter a anuência do gestor escolar e dos interessados em participar voluntariamente da coleta de dados.

Já os sujeitos da pesquisa para este estudo foram professores(as) pedagogos(as) e/ou professores(as) gestores educacionais com estudantes do EM. Nesse sentido, apoiou-se na compreensão de Ferreira, Corrêa e Silveira (2022, p. 10), ao afirmarem que, na sociedade capitalista, os "sujeitos são os seres humanos constituídos subjetiva e objetivamente, dotados de pertença a um

lugar social, no qual se representam, do qual participam e no qual interferem, conscientemente, tendo por base a estrutura social que sustenta sua posição de classe". Isto é, são trabalhadores da Educação.

Seguindo as orientações de Gatti (2005, p. 31 e seguintes), em concordância com os objetivos da pesquisa, os critérios estabelecidos de participação foram: 1° - estar atuando com o EM na Escola Pública; 2° - desenvolver suas práticas pedagógicas no período diurno; 3° - ter Licenciatura Plena em Pedagogia ou em andamento e/ou ainda ser professor(a) em atividade de Gestão Escolar (para oportunizar enxergar a organização da escola a partir das Políticas Públicas Educacionais, como os instrumentos de acompanhamento das plataformas - uma excepcionalidade requerida após a coleta de dados com o intuito de dar suporte para o entendimento da totalidade das práticas pedagógicas desenvolvidas na escola); 4° - estar colaborando com suas atribuições laborais na função da Gestão Pedagógica; 5° - ser voluntário para contribuir com a coleta de dados, conforme TCLE; 6° - ter anuência do gestor de sua Unidade Escolar. Por outro lado, não foram impedimentos para a participação como informante: 1° - pertencimento ou não ao Quadro Próprio do Magistério do Paraná. Isto é, pode ser professor(a) do Processo Seletivo Simplificado - PSS; 2° - tempo de serviço na rede pública de ensino; 3° - limite máximo e/ou mínimo de idade. Torna-se entrave: 1° - encontrar-se ausente da escola na data agendada para a entrevista semiestruturada ou afastado(a), por motivo de Licença Saúde, Especial, Estudo ou outros fins, de suas atribuições laborais na data acordada com os gestores para a coleta de dados.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com 11 professores(as) pedagogos(as) e dois gestores escolares, em 10 municípios, com o objetivo de complementar as informações obtidas. A exceção ocorreu em Ivaí, onde não houve o aceite da Direção para a visita in loco, totalizando, assim, 10 escolas participantes. Os participantes foram identificados pela letra S – Sujeito professor(a) pedagogo(a) – e pela letra D – Diretor(a) –, no caso dos gestores escolares, seguidas de numeração crescente, conforme a sequência em que as visitas foram agendadas. Entre os meses de setembro e dezembro de 2024, foram realizadas as viagens para a condução das entrevistas semiestruturadas.

Ao percorrer os municípios pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, testemunhou-se a sua beleza natural, favorecida pela posição geográfica, na Mesorregião Oriental do Paraná. Ponta Grossa está situada na colina que divide as bacias dos rios Tibagi e Pitangui. Referência nos setores do comércio, indústria, saúde e educação – especialmente no Ensino Superior –, toda a região tornou-se cenário privilegiado do turismo nos roteiros do Sul do Brasil: o Parque Histórico de Carambeí, o Moinho na Colônia Holandesa, em Castro, e a Colônia Witmarsum, de alemães menonitas, juntamente com a população originária dos resquícios do Quilombo e Nossa Senhora das Brotas, em Piraí do Sul, que explora o turismo como lugar de fé religiosa, somam-se a outros ligados à exuberância da natureza: os Arenitos do Parque de Vila Velha, as furnas, o Buraco do Padre, o Cânion

Guartelá, em Tibagi, onde se podem fazer rafting, trekking e banhos de cachoeira, em Castro, Ponta Grossa, Jaguariaíva e Sengés.

Reconhecida também pela produção de grãos com uso de alta tecnologia, Ponta Grossa leva o título de "Capital Mundial da Soja". Outras atividades econômicas se destacam atualmente nesta região: a extração mineral (talco e calcário), o reflorestamento de eucalipto e pinus, a produção de erva-mate, a pecuária de corte e leiteira, a exportação de carne suína e de frango para os continentes asiático e europeu. Tem importante desenvolvimento no cultivo de hortaliças, em crescimento para o tipo orgânico, e na produção de mel (IBGE, 2023).

Discussões a partir dos dados levantados empiricamente

Existe um encadeamento no trabalho de professores que se constitui da inter-relação entre determinantes externos, ou seja, as políticas públicas educacionais, e os determinantes internos, nítidos na prática pedagógica – denominada como quefazer (Freire, 2021a).

Considerando essa interdependência, torna-se pertinente recorrer a uma analogia com o modelo Toyota, no qual o controle do trabalhador se dá por meio de metas de produtividade, flexibilidade e adaptabilidade de funções, além da busca contínua por melhoria. Na atualidade, o trabalho pedagógico também apresenta características desse sistema, ao incorporar formas de controle percebidas como relativa autonomia da prática pedagógica, especialmente por meio de plataformas digitais, que permitem monitorar o número e o tempo de acesso do profissional, estabelecendo, assim, parâmetros de produtividade.

Segundo as impressões obtidas nos depoimentos dos sujeitos participantes, alguns desafios podem ser dimensionados quanto à precarização do trabalho de professores e à hiperconectividade – modelo empresarial de controle e produtividade. Observe-se que a formação continuada, denominada no Paraná como "Formação em Ação", serve para ranquear os professores. Ocorre que, com a não participação nos cursos oferecidos pela SEED, o(a) professor(a) perde pontos em sua classificação anual e poderá ficar excedente na escola onde está lotado. Com isso, precisa participar da distribuição de aulas pelo setor de RH e assumir aulas de seu padrão noutra instituição. Os conteúdos oferecidos nos "formadores" (assim chamados pelos professores) fundamentam o formato de direcionamento das políticas de governo para a Educação. Outra prática recorrente situa-se a Observação em Sala de Aula, ao possibilitar a classificação dos profissionais para assumir aulas extraordinárias - dependerá se atingiu com êxito os critérios previamente estabelecidos pela SEED. Tal lógica beira a punição, em uma lógica perversa e desumanizante. Críticas a este modelo são apresentadas no Paraná por Barbosa e Alves (2023) e Da Silva, Barbosa e Körbes (2022).

A prática pedagógica esvazia-se do sentido da autonomia docente. Outro exemplo: com base no desempenho dos estudantes nas avaliações externas, as instituições escolares são ranqueadas e seus professores, premiados. Essa evidência levou S8 a ressaltar que "a escola tem se assemelhado a uma empresa. Essa política vem sendo implementada nesta gestão de forma contundente, nessa percepção de metas; aí está muito difícil, virou muitas, muitas plataformas, muita cobrança para atingir metas [...]". À luz do modelo de Estado neoliberal, Laval (2019) afirma que esse formato se fundamenta na concepção da escola como instrumento econômico, evidenciando a lógica que orienta suas reformas. Segundo o autor, esse modelo contribui para a formação de um trabalhador flexível e autônomo, adaptado às exigências do mercado.

Diante deste quadro, percebe-se a precarização das condições de trabalho, marcada pela desvalorização profissional, pelo adoecimento e por perdas significativas de direitos trabalhistas. Diante disso, Kuenzer (2011, p. 672) lembra que a desvalorização social, vista pelos "baixos salários, precárias condições de trabalho, precário nível de profissionalização, alunos cada vez menos comprometidos, baixo reconhecimento, alto nível de estresse e crescente intensificação das tarefas", tem sido uma hipótese importante para a análise das relações de trabalho na sociedade capitalista.

O acompanhamento dos estudantes por meio de plataformas ocorre frequentemente via celulares. S7 observa que muitos pais, quando chamados à escola, afirmam desconhecer o que os filhos acessam em suas redes sociais. "Às vezes, eles falam que estão resolvendo atividades pedagógicas, nem sempre é verdade". Diante dessa particularidade, ressalta-se a importância de explorar as linguagens utilizadas nas mensagens de texto e de conscientizar sobre os riscos e perigos dos conteúdos disponíveis na rede.

Ainda sobre o uso do celular na escola, S11 enfatiza: "[...] temos um problema sério quanto ao uso indiscriminado de jogos eletrônicos e do acesso às redes sociais durante as aulas. Eles não saem do celular, dormem em sala de aula porque dizem estarem exaustos por ter passado a noite inteira jogando no celular. Atitude prejudicial à construção de conhecimentos". Os adolescentes do Ensino Médio apresentam características singulares, pois nasceram em um mundo dominado pelas tecnologias digitais. S6 observa que os estudantes carregam o mundo nas telas e que as informações estão prontamente disponíveis, necessitando do direcionamento dos professores para que o acesso às tecnologias favoreça o exercício da autonomia. A preocupação principal reside na possível dependência emocional gerada por esse uso.

Compreendia-se a necessidade de propor uma nova identidade para o Ensino Médio, voltada à formação da juventude. O período da pandemia de COVID-19 (SARS-CoV-2) representou o impulso decisivo para o avanço da modernização da educação formal. De uma semana para outra, os profissionais precisaram aprender a utilizar novas ferramentas no ensino emergencial remoto,

adotando, no Paraná, plataformas como Google Meet e Classroom para viabilizar a comunicação e o acompanhamento pedagógico (Brasil, 2020).

De dentro de suas casas e utilizando seus próprios equipamentos eletrônicos, os professores passaram a cumprir a carga horária de suprimento. Esse modelo evidenciou a gravidade das desigualdades sociais no país, uma vez que muitas famílias não possuíam acesso à internet, exigindo a impressão das atividades escolares. Nesse contexto, as escolas passaram a distribuir a merenda aos estudantes mais vulneráveis, simultaneamente ao fornecimento das atividades impressas, revelando a intersecção entre educação e garantia alimentar em tempos de pandemia.

De volta à escola, os adolescentes passaram a apresentar comportamentos de baixa resistência às frustrações. Nesse sentido, S7 lembrou que a pandemia de COVID-19 potencializou os problemas ligados à saúde mental, afetando especialmente os mais jovens, que passaram a manifestar sintomas de ansiedade e comportamentos autodestrutivos, ao mesmo tempo em que evidenciou o fosso de desigualdades sociais. Pode-se observar, por exemplo, a automutilação, considerada um problema grave de saúde mental.

Outro participante, S11, destaca o problema que se origina no interior da escola e que chega à sala da equipe pedagógica para mediação de conflito, envolvendo questões de bullying e cyberbullying (Brasil, 2024) nas quais:

> Um exemplo é o que vem ocorrendo no Instagram, se atacam constantemente, criam grupos de fofocas onde eles postam comentários maldosos contra os colegas, familiares dos outros e profissionais da escola (cyberbullying). A discriminação de toda espécie é problema rotineiro e cria muitas situações embaraçosas, eles utilizam o anonimato para ferir-se (S11, 2024).

E em outro depoimento:

> Temos casos de atendimento de casos de cyberbullying devido à falta de maturidade para o uso do celular, criam perfis fake e utilizam para atacar os colegas. Nestes grupos postam comentários maldosos ofendem os familiares do outro. Alguns casos, nem todos, chegam ao atendimento da Equipe Pedagógica. O anonimato resguarda esse tipo de comportamento (S10, 2024).

No Paraná, em consonância as orientações legais de nível Federal, proíbe a utilização de aparelhos eletrônicos portáteis, como celulares, nos estabelecimentos de Educação Básica, abrangendo momentos de aula, recreio e intervalos (Brasil, 2024). No Paraná, essa normativa foi incorporada à Lei n.º 15.100, de 13 de janeiro de 2025, que visa fortalecer o ambiente escolar e promover maior conscientização sobre o uso responsável de dispositivos eletrônicos (Brasil, 2025).

A partir dessas normas, fica proibido o uso do celular nas dependências da escola. Esse tema tornou-se pauta nas reuniões de pais no início do ano letivo, uma vez que cada instituição é responsável

por definir a forma de controle do não uso dos equipamentos nas dependências escolares. D2 observa: "[...] espera-se que os estudantes voltem a interagirem uns com os outros e que sejam minimizadas as situações de cyberbullyng".

Para atender a tais demandas, alguns municípios dispõem de maior acesso à Rede de Proteção, composta pelos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, articulados ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar. O trabalho colaborativo entre esses atores agiliza o atendimento dos estudantes que necessitam de avaliação e cuidados especializados. A RPCA é formada por profissionais que, além de desempenharem funções específicas, assumem a tarefa de construir relações sociais pautadas no diálogo com integrantes de outros serviços, visando a atender demandas de prevenção, cuidado e tratamento de crianças e adolescentes. Nesse contexto, a escola integra a RPCA no eixo da Promoção de Cuidados.

Entre os desafios relacionados ao tema pesquisado, destaca-se ainda a insuficiência de professores habilitados para essa etapa de ensino. Essa situação pôde ser confirmada durante uma das visitas in loco. S5 relatou que a equipe estava dividindo entre si o trabalho de uma colega que havia assumido outro concurso no município e cuja vaga não pôde ser preenchida por falta de profissionais disponíveis. Acrescentou ainda: "sofremos um pouco para encontrar professor de Língua Portuguesa também".

Nessa linha, cabe afirmar que:

> O enfrentamento desta crise só será possível com a compreensão de seus determinantes mais amplos, o que implica a adoção de uma perspectiva de análise que se debruce sobre os problemas reais de forma radical, buscando delinear suas causas históricas e suas determinações estruturais, como ponto de partida para a construção de alternativas a partir de outro campo hegemônico (Kuenzer, 2011, p. 668).

A autora acrescenta que a desvalorização social, expressa pelos "baixos salários, precárias condições de trabalho, precário nível de profissionalização, alunos cada vez menos comprometidos, baixo reconhecimento, alto nível de estresse e crescente intensificação das tarefas", tem se configurado como uma hipótese central de análise das relações de trabalho na sociedade capitalista. Referindo-se à precarização do trabalho pedagógico, os sujeitos apontaram o engessamento da prática pedagógica desde a formação continuada. A Secretaria de Estado da Educação (SEED) promove formações "em serviço" e disponibiliza duas horas semanais, correspondentes à hora-atividade, para a participação dos professores em cursos. As inscrições são abertas a toda a rede pública dos 399 municípios do Paraná e ocorrem de forma concomitante, por meio de sistema eletrônico. Em razão da elevada demanda, algumas temáticas têm suas vagas preenchidas rapidamente, de modo que muitos profissionais não

conseguem se inscrever, seja pela insuficiência de vagas, seja pelo travamento do sistema diante do grande volume de acessos.

Os profissionais podem escolher entre as temáticas disponibilizadas, sendo as turmas de formação compostas por, no máximo, 20 professores cada. S2 explica que, para os professores(as) pedagogos(as), existem duas áreas bastante específicas: a atuação como Formadores das Trilhas de Aprendizagem e as questões relacionadas à implementação da reforma do Novo Ensino Médio (NEM).

As temáticas dos cursos direcionam a implementação das políticas públicas educacionais. Para ilustrar, S9 afirmou: "tivemos o Programa Mais Aprendizagem (PMA), que exige a manutenção de 20 alunos frequentando para que a turma não seja fechada". Outras temáticas debatidas referiram-se ao Desafio Paraná (plataforma de quizzes) e ao Conselho de Classe Participativo. S8 complementou: "é mais ou menos por época e pelas necessidades daquele momento". S11 concluiu que, no encerramento do ano letivo, especialmente neste último semestre, as discussões têm se concentrado no Assessoramento Pedagógico para o SAEB e no Acompanhamento da Hora-Atividade voltado ao programa Se Liga.

A validação para certificação exige o cumprimento de critérios previamente divulgados. A carga horária semestral é de 80 horas, a serem integralizadas em um dos três temas ofertados nas Jornadas Pedagógicas. A participação nessas formações passou a ser exigida pela SEED, com vistas à elevação de nível e à classificação final para a distribuição de aulas no início de cada ano letivo nas escolas. Os componentes curriculares da grade curricular do NEM sem profissionais concursados podem ter a indicação do gestor escolar, desde que este tenha feito o curso preparatório.

Dessa forma, a não participação nos cursos ofertados pode deixar o professor na condição de excedente na escola em que está suprido. A carga horária de cada curso pode variar entre 20, 30 ou 40 horas. A formação em Ação indica os referenciais teórico-metodológicos a serem seguidos pelos professores, conforme se pode ilustrar a seguir.

> [...] vem tudo pré-determinado da SEED: as temáticas a serem tratadas nas semanas pedagógicas, os conteúdos do LRCO estão selecionados, os quizziz (Desafio Paraná) já estão prontos para que sejam postados [...]. Cabe aos professores(as) pedagogos(as) a verificação se as orientações dadas estão sendo atendidas (S9, 2024).

Referindo-se ao professor como elemento fundamental da prática pedagógica dialógica, S5 relata que, nessa troca de papéis voltada à garantia do processo de ensino e aprendizagem, a comunicação acaba se tornando ineficaz. O sujeito salienta, ainda, que têm chegado à escola muitos estudantes com laudos, os quais demandam materiais adaptados e avaliações diferenciadas.

Na sala de aula, por vezes, é possível contar com um Professor de Apoio Educacional Especializado (PAEE); ainda assim, permanece a sobrecarga de trabalho burocrático do professor

regente. As atividades que tecem a prática pedagógica constituem um trabalho, em grande medida, invisível e, talvez por essa razão, não têm sido devidamente consideradas por aqueles que ocupam cargos de poder em nosso país.

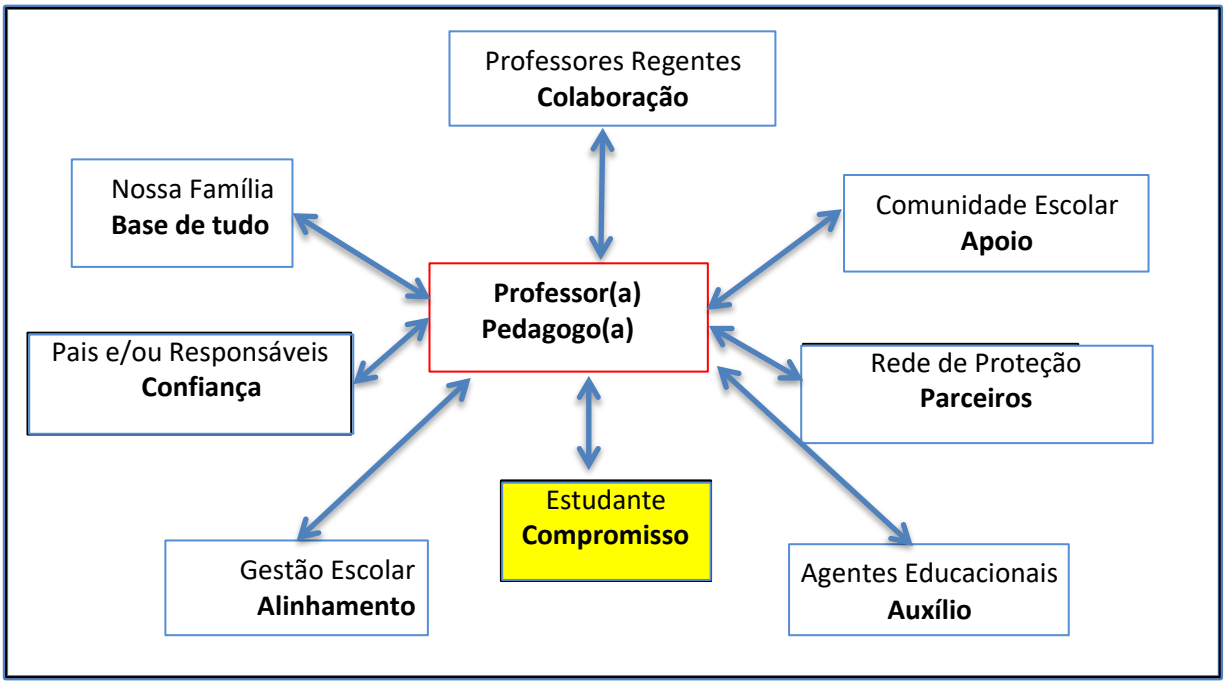
S5 enfatiza que "na escola, todo trabalho é de formiguinha", ou seja, é necessário considerar a existência de situações limítrofes que precisam ser levadas em conta para que os estudantes possam ressignificar o que foi apreendido. Nessa direção, não são raras as situações em que, conforme relata S11, ao receberem os estudantes no horário de entrada das aulas, os professores ouvem deles que sentem fome. Por vezes, essa condição é expressa por meio de emoções como a irritabilidade, que pode desencadear conflitos, uso de vocabulário grosseiro e voz alterada em sala de aula. Tais manifestações acabam por provocar no outro aquilo que os próprios estudantes sentem, isto é, a "dor", que pode se expressar tanto em dores físicas quanto em crises de ansiedade, como tremores, suor frio, choro compulsivo, dificuldades respiratórias e aperto no peito.

Em uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas, como a capitalista, o que há de mais desumanizador do que a fome?, interpela Arroyo (2019). Considerando que o Paraná figura entre os maiores produtores e exportadores de grãos do país, como explicar a existência de pessoas que não têm alimentos à mesa todos os dias? S11 relata a presença, na escola, de estudantes com atrasos cognitivos relacionados à falta de alimentação adequada, afirmando que "[...] a pessoa mal alimentada não se desenvolve como as demais". É a partir desses corpos precarizados, (in)humanos, que Arroyo fundamenta sua reflexão, corpos que chegam à escola trazendo "apelos para rever valores sociais, políticos e pedagógicos". Trata-se de sujeitos precarizados pelo próprio Estado, que deveria protegê-los. Que políticas públicas são essas que lhes retiram direitos fundamentais? (Arroyo, 2019, p. 11).

Na prática pedagógica cotidiana, as atividades burocráticas frequentemente assumem centralidade. Entre essas rotinas está a elaboração das Atas Escolares, documento oficial que pode ser solicitado, a qualquer momento, por órgãos públicos, a fim de assegurar o cumprimento dos direitos e deveres dos adolescentes e jovens. Por essa razão, tais registros devem conter o relato dos fatos e os acordos pedagógicos estabelecidos. Somam-se a essas demandas outras anotações e relatórios a serem preenchidos, a organização da semana pedagógica, a observação de aulas e a devolutiva de feedback, a realização de escuta ativa, o acompanhamento de professores, a coordenação do Projeto Político-Pedagógico, entre tantas outras atribuições.

De acordo com a síntese elaborada a partir das contribuições dos sujeitos pesquisados, buscou-se identificar as alterações na prática pedagógica dialógica dos(as) professores(as) pedagogos(as), em que o diálogo é compreendido como elemento mediador que estabelece articulações entre todos os *componentes vivos* da escola (grifos nossos). A partir dessa síntese, elaborou-se a seguinte figura esquemática:

FIGURA 1 - Prática pedagógica dialógica na perspectiva da mediação



Fonte: Elaborado pela professora pesquisadora, a partir da coleta dos dados fornecidos em campo pelos sujeitos

A prática pedagógica dialógica se efetiva na correlação eu-tu mediados pela *intencionalidade* que no caso das ações dos(as) professores(as) pedagogos(as) e resulta como *prática social* quando diante do constante desafio - de acesso e permanência, busca-se o sucesso do estudante - em seu processo de ensino e aprendizagem.

Corroborando com Arroyo (2019), dessas circunstâncias, resulta também a conexão dialética de tudo o que existe, dada pela busca de aspectos afins manifestados nos processos em curso. Seguindo seu raciocínio, a mediação remete tanto ao real ao pensamento. Segundo Cury (2000), o real diz respeito ao movimento que busca captar aspectos de determinado fenômeno e suas inter-relações, ou seja, o conjunto de suas implicações em relação a outros fatos na manifestação da realidade concreta. Nesse sentido, "a História é o mundo das mediações" (Cury, 2000, p. 43). Assim, a História configura-se como o próprio movimento do real, apreendido por meio das mudanças produzidas ao longo de seu percurso. No que se refere ao pensamento, Cury (2000) afirma que não há possibilidade de mediação quando o pensar ocorre fora do movimento que integra teoria e prática.

Nessas circunstâncias, ao se afastar do real em favor da ideologia dominante, o pensamento torna-se a-histórico, na medida em que busca conferir permanência àquilo que é passageiro. Assim, a ideologia pode converter-se em uma ferramenta utilizada pela classe dominante para confundir as

consciências. Por outro lado, pode também assumir um caráter crítico quando se coloca a serviço da compreensão das contradições produzidas pela própria realidade. Logo, dialogar exige consciência política de quem contribui para as transformações de quem persevera no *esperançar* (no sentido freriano da palavra) por uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

Conclusão

Retomando as questões de pesquisa, percebeu-se que as práticas pedagógicas se encontram em constante movimento de humanização e são atravessadas, na escola, no exercício efetivo do trabalho pedagógico. Nesse contexto, cabe aos(às) professores(as) pedagogos(as) a mediação entre os diferentes atores da comunidade escolar, com vistas a garantir o êxito do ensino e da aprendizagem como processo que não se faz sozinho. Sob esse enfoque, o diálogo se torna ferramenta indispensável para explicar fatos e condutas, uma vez que é por meio da interlocução que os sujeitos passam a se compreender mutuamente.

No âmbito da prática pedagógica dialógica, especialmente nas conversas reservadas de pré-julgamentos e olhares de espanto, inviáveis ao professor regente em razão das exigências do trabalho coletivo em sala de aula, que o(a) professor(a) pedagogo(a) tem a possibilidade de conhecer as situações-limite que atravessam a vida dos jovens e adolescentes que formam suas turmas. Portanto, comentários apressados e insensatos de professores regentes de que o estudante foi encaminhado à Equipe Pedagógica e que "nada foi feito" perdem-se no vazio. Esse argumento não se sustenta, uma vez que o diálogo, compreendido como gesto amoroso e humanizador, tem potência para cuidar das feridas da alma, construir combinados pedagógicos, oferecer apoio e possibilitar a compreensão da rotina e do contexto familiar dos estudantes.

Desse modo, no que se refere à tese de que a prática pedagógica dialógica dos(as) professores(as) pedagogos(as) favorece alterações na promoção do processo de humanização de adolescentes e jovens no Ensino Médio, notou-se que ela não se cumpre integralmente. Isso porque a dialogicidade é, em si, um processo desafiador, que exige disponibilidade, empatia e escuta ativa, bem como reflexão e tomada de atitudes orientadas à preservação da humanidade do outro–tu, situadas no contexto atual, lócus da correlação de forças entre os interesses da classe popular e os da classe mais favorecida. Como explicar o fato de o país ser um dos maiores produtores de rebanhos criados para o fornecimento de carne e grãos e, ainda assim, haver tantas crianças que passam fome, como bem salienta Arroyo (2019)?

Por outro lado, a prática pedagógica dos(as) professores(as) pedagogos(as) atravessa vidas e é por elas atravessada. Algumas ações mostram-se promotoras de humanização: com os estudantes, as

aprendizagens significativas, o retorno à escola e o protagonismo juvenil; junto aos pais e responsáveis, a compreensão de que os comportamentos dos filhos (estudantes) podem ter origem na falta de estrutura material e emocional do ambiente doméstico e o entendimento de que a escola faz parte da rede de proteção e pode auxiliar a família; ao lado dos professores regentes, o compromisso profissional de fazer a diferença na formação científica dos estudantes; e, na comunidade, a escola representa um espaço de segurança, aquisição de competências e geração de valores. Toda prática pedagógica carrega em si a feitura do que se é, uma vez que os valores pessoais se entrelaçam a concepção da práxis – frente ao desenvolvimento humano na escola.

Ponderou-se que as políticas públicas educacionais sustentadas pelo Estado neoliberal operam processos de desumanização, na medida em que a organização dos referenciais teórico-metodológicos que deram início à reforma do Ensino Médio deveria ter considerado a pronúncia da palavra de diferentes atores como exercício dialógico. Entretanto, no documento final, não foram contempladas as contribuições dos movimentos sociais, de pesquisadores e de professores na elaboração dos documentos orientadores.

Da realidade concreta emergiram fatos e posturas, a saber:

1. A formação continuada em serviço tem se configurado, em muitos casos, como promotora de uma prática pedagógica engessada, de caráter bancário, orientada prioritariamente para o atendimento aos parâmetros das avaliações externas. Tais avaliações, por sua vez, estabelecem padrões meritocráticos que incidem diretamente sobre a carreira do magistério no Paraná;
2. No município de Ipiranga/PR, as escolas contam com a atuação da Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes, composta por representantes do Ministério Público, das escolas, do CRAS, do CREAS, do Conselho Tutelar, do NRE-PGO, das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, bem como dos Conselhos Municipais e da Vara da Infância. Essa rede realiza reuniões periódicas para o acompanhamento de casos mais complexos, que demandam a articulação de diferentes serviços públicos e a definição de fluxogramas de encaminhamento e, de protocolos para a diversidade de atendimento;
3. Entre os inúmeros desafios contemporâneos, destacam-se as incongruências entre o amplo desenvolvimento tecnológico, que potencializou o uso de plataformas digitais na rede pública de educação, e, simultaneamente, a intensificação da exclusão digital vivenciada por muitos adolescentes e jovens;
4. Diante da pressão governamental para o cumprimento de metas, especialmente relacionadas à presença e à permanência na escola, o(a) professor(a) pedagogo(a) tem se deparado com o "fantasma da fome", que ronda milhares de crianças, adolescentes e jovens no país. No Paraná, essa realidade contrasta com as riquezas produzidas, uma vez que o estado figura entre os grandes produtores

mundiais de grãos - liderança absoluta no cultivo da soja. Como aprender com a barriga vazia? Nesse contexto, a merenda escolar, preparada pelas "tias da cozinha", constitui-se como uma das principais refeições dos filhos e filhas das classes populares;

5. Exemplos de protagonismo juvenil podem emergir no contexto de uma gestão escolar democrática. Dessa forma, adolescentes e jovens vinculados ao Grêmio Estudantil buscaram parcerias entre a escola e a universidade pública, com o objetivo de minimizar as lacunas provocadas pela nova (re)organização curricular, que não contempla a totalidade dos conteúdos exigidos pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Por fim, a partir do movimento resultante da contradição entre humanização e desumanização, concluiu-se que o processo de humanização se efetiva por meio da dialogicidade, ao passo que a ausência desta conduz à desumanização. Humanizar diz respeito às crenças, valores e atitudes individuais que se materializam em resultados coletivos. O diálogo, meio pelo qual acontecem as (inter)mediações, constitui-se como uma construção permanente, que se concretiza nas rotinas de uma prática pedagógica dialógica.

Sob esse enfoque, compreendeu-se a influência de diferentes determinações. As internas, aqui denominadas "quefazer", observadas no espaço escolar, que exigem o atendimento aos preceitos da prática pedagógica, conforme apontado por Souza (2016). Já os determinantes externos, promovidos pelo Estado, operam como normativas e orientações que regulam as atribuições do(a) professor(a) pedagogo(a). Assim, as práticas pedagógicas dialógicas devem estar ancoradas na ética, de modo a garantir uma postura amorosa daquele(a) que age, reconhecendo a docência como ato político e recusando a neutralidade, em consonância com os postulados freirianos.

Referências

ARROYO, M. G. **Vidas ameaçadas**: exigências-respostas éticas da educação e da docência. Petrópolis: Vozes, 2019.

BARBOSA, R. P.; ALVES, N. A Reforma do Ensino Médio e a Plataformização da Educação: expansão da privatização e padronização dos processos pedagógicos. **e-Curriculum**, São Paulo , v. 21, e61619, 2023. Disponível em<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762023000100120&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 20 ago. 2026. Epub 13-Nov-2023. e-ISSN: 1809-3876. DOI: http://dx.doi.org/10.23925/1809-3876.2023v21e61619.

BRASIL. **Projeto de Lei n. 4.731, de 19 de novembro de 2012.** Fixa em 25 o número máximo de alunos na pré-escola e nos dois primeiros anos do ensino fundamental e em 35 nos demais anos do ensino fundamental e no ensino médio. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2012. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/818991-COMISSAO-APROVA-PROJETO-QUE-LIMITA-O-NUMERO-DE-ALUNOS-EM-SALA-DE-AULA. Acesso em: 8 dez. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho de 2007, [...]. Diário Oficial da União, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 15 mar. 2023.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Resolução n.º 3, de 21 de novembro de 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/ceb/2018/rceb003_18.pdf. Acesso em: 5 mar. 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 30 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 53, p. 11, 18 mar. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 8 dez. 2025.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Cidades e Estados do Brasil. 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRASIL**. Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para criminalizar condutas relacionadas à intimidação sistemática (bullying) e à intimidação sistemática virtual (cyberbullying); e estabelece medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jan. 2024. Seção 1, p. 1. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 08 dez. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11. 901 de 26 de janeiro de 2024**. Regulamenta a Lei n° 14.818, de 16 de janeiro de 2024, que institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público, e cria o Programa Pé-de-Meia. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d11901.htm. Acessado em 28 de out de 2025.

BRASIL. **Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025**. Restringe o uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais em escolas públicas e privadas de todo o país, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF.14 jan. 2025.

CURY, C. R. J. **Educação e contradição**: elementos metodológicos para uma teori-acrítica do fenômeno educativo. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

DA SILVA, M. R.; BARBOSA, R. P.; KÖRBES, C. A reforma do ensino médio no Paraná: dos enunciados da Lei 13.415/17 à regulamentação estadual. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 399–417, 2022. DOI: 10.22420/rde.v16i35.1473. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1473. Acesso em: 20 ago. 2026.

FERREIRA, L. S.; CORRÊA, M. B.; SILVEIRA, R. B. Proposições sobre a noção de sujeito no trabalho pedagógico. **Pro-Posições,** v. 33, p. e20210061, 2022.

https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8672255. http://dx.doi.org/10.1590/1980-6248-2021-0061. Acesso em: 19 jan.2025.

FREIRE, P. **Papel da educação na humanização**. Revista Paz e Terra, São Paulo, n. 9, p. 123-132, out. 1969. https://acervo.paulofreire.org/handle/7891/1127. Acesso em 10/10/2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 80. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021a.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança:** um reencontro com a pedagogia do oprimido. 30. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021b.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2021c.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

KUENZER, A. Z. A formação de professores para o Ensino Médio: velhos problemas, novos desafios. **Educação & Sociedade**, v. 32, n. 116, p. 667–688, jul. 2011.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução de Mariana N. Ribeiro Echalar. Prefácio à edição brasileira de 2019 pelo autor. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

MINAYO, C. de S. *et al.* (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 22. ed. Pe-trópolis, RJ: Vozes, 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resumo técnico do Estado do Paraná:** Censo da Educação Básica 2020. Brasília, DF: Inep, 2021.

PARANÁ. Estatuto do Magistério do Paraná. **Lei Complementar n.º 103 de 15 de março de 2004.** Diário Oficial da União, 16 mar. 2004. Disponível em: https://leisestaduais.com.br/pr/lei-complementar-n-103-2004-parana-institui-e-dispoe-sobre-o-plano-de-carreira-do-professor-da-rede-estadual-de-educacao-basica-do-parana-e-adota-outras-providencias?q=plano%20diretor. Acesso em: 3 set. 2023.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação do Paraná. Deliberação CEE/PR n.º 04/2021. Institui as **Diretrizes Curriculares Complementares para o Novo Ensino Médio do Paraná**. Curitiba, 13 ago. 2021. Disponível em: https://www.cee.pr.gov.br/Pagina/2021-Deliberacoes. Acesso em: 3 jul. 2023.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação (SEED). Resolução n.º 4.817/2024 – GS/SEED, de 5 de agosto de 2024. Estabelece critérios para fins de dimensionamento e organização de pessoal nas instituições da rede pública estadual de ensino do Paraná. Curitiba: SEED, 2024. Disponível em link de acesso ou repositório oficial do estado. Diario_Oficial_11716.pdf. p. 80 - 83. Acesso em: 24 ago. 2026.

SOUZA, M. A. de. **Sobre o conceito de prática pedagógica**. In: SILVA, M. C. B. da (org.). Práticas pedagógicas e elementos articuladores. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2016. p. 38-65. https://tuiuti.edu.br/wp-content/uploads/2022/11/miolo_livro_prat_e_elementos_2019.pdf. Acesso em 20 jul. 2024.

Recebido: 20/03/2026 *Received: 03/20/2026* *Recibido: 20/03/2026*
Aceito: 03/09/2026 *Accepted: 09/03/2026* *Aceptado: 03/09/2026*

CC BY